

## Pistas sobre a pronúncia do latim nos capítulos gramaticais da *Institutio Oratoria*, de Quintiliano

Rogério Cardoso<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo visa a encontrar pistas sobre a real pronúncia do latim falado, como língua viva do Império Romano, nos chamados capítulos gramaticais da *Institutio Oratoria*, de Quintiliano (35-96 d.C.). Conquanto esse extenso tratado de Retórica tenha como objetivo precípua a formação intelectual e moral dos oradores, o autor dedica os capítulos de IV a IX do livro I a relevantes reflexões em torno da Gramática, considerada por ele uma disciplina propedêutica. Os temas neles abordados são diversos: ortografia, ortoépia, partes do discurso, barbarismos, solecismos, *etc.* A pesquisa em si consistiu na seleção e na análise de vários trechos da obra concernentes à ortografia e à ortoépia, que foram depois cotejados com outras fontes fidedignas da área de Linguística Histórica, com destaque para Faria (1957), a fim de verificar as assertivas de Quintiliano ou de elucidá-las caso não estivessem de todo compreensíveis. Os resultados aqui obtidos confirmam, o mais das vezes, as já conhecidas características da pronúncia reconstituída do latim no período clássico, mas, ao mesmo tempo, trazem à baila algumas discrepâncias entre a escrita e a fala que ficam geralmente ocultas sob uma ilusória ideia de uniformidade ortográfica.

**Palavras-chave:** Latim. Fonética. Estudos Clássicos. Linguística Histórica. Quintiliano.

## Clues about the Latin pronunciation in the grammatical chapters of Quintilian's *Institutio Oratoria*

**Abstract:** this article aims to find clues about the real pronunciation of spoken Latin, as the living language of the Roman Empire, in the so-called grammatical chapters of the *Institutio Oratoria*, by Quintilian (35-96 AD). Although this extensive treatise on Rhetoric has as its main objective the intellectual and moral formation of orators, the author dedicates chapters IV to IX of book I to relevant reflections on Grammar, which he considers a propaedeutic discipline. The topics covered in them are diverse: orthography, orthoepy, parts of speech, barbarisms, solecisms, *etc.* The research itself consisted of the selection and analysis of several excerpts from the work concerning orthography and orthoepy, which were then compared with other reliable sources in the field of Historical Linguistics, specially Faria (1957), in order to verify Quintilian's assertions or to elucidate them if they were not entirely comprehensible. The results obtained here confirm, more often than not, the already known characteristics of the reconstructed pronunciation of Latin in the classical period, but, at the same time, they bring to light some discrepancies between writing and speech that are generally hidden under an illusory idea of orthographic uniformity.

**Key-words:** Latin. Phonetics. Classical Studies. Historical Linguistics. Quintilian.

---

<sup>1</sup> Doutor em Historiografia Linguística pela Universidade de São Paulo (2023). Mestre em Filologia do Português pela Universidade de São Paulo (2019). Graduado em Letras - Língua e Literatura Portuguesa também pela Universidade Federal do Amazonas (2016). Professor substituto de Latim e História da Língua Portuguesa na Universidade Federal do Amazonas, em 2023 e 2024. Professor de Redação e Linguagem Jurídica na Faculdade Santa Teresa. Tradutor voluntário (inglês-português) da página World History Encyclopedia: <https://www.worldhistory.org/user/rogrioaugustomo/> Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0003-4953-6175>. E-mail: [rogerackbar@gmail.com](mailto:rogerackbar@gmail.com).

## Introdução

Reconstruir a real pronúncia do latim como língua viva do Império Romano não é uma tarefa simples, por mais que os seus falantes nativos tenham legado à posteridade inúmeras atestações escritas do seu idioma pátrio, desde simples inscrições até obras literárias ou filosóficas. Sem as avançadas transcrições fonéticas de que hoje se servem filólogos e linguistas e sem o auxílio tecnológico de gravadores, os estudiosos desse campo se veem obrigados a recorrer a outros tipos de fonte para tentar descrever o latim falado no dia a dia, que não possuía, evidentemente, o refino literário dos textos clássicos.

O romanista italiano Carlo Tagliavini (1993, p. 294-305) enumera as seguintes fontes para o conhecimento do outrora chamado *latim vulgar*<sup>2</sup>: 1) as expressões populares eventualmente utilizadas por escritores cultos; 2) as prescrições dos gramáticos latinos, que às vezes opunham as formas populares às cultas; 3) os glossários, que também opunham as formas populares às cultas, a exemplo do *Appendix Probi*<sup>3</sup>, ou ainda formas arcaicas às usuais; 4) as inscrições, especialmente as de caráter privado e não oficial, como as inscrições de Pompeia; 5) os eventuais erros dos copistas nos manuscritos, que podem refletir tendências da língua falada; 6) as notas tironianas, usadas como um antigo sistema taquigráfico para transcrever os discursos; 7) os diplomas e outros documentos tardios, nos quais também podem aparecer tendências da língua falada; 8) as palavras latinas que tenham penetrado e sobrevivido noutras línguas com as quais o latim tenha entrado em contato, a exemplo de línguas helênicas, célticas, germânicas e berberes; 9) o estudo comparativo das línguas românicas, que são continuadoras da língua falada no Império Romano. Os capítulos gramaticais da *Institutio Oratoria*, que ensejaram a redação deste artigo, enquadram-se no segundo tipo de fonte arrolado por Tagliavini (1993), a saber: as prescrições dos gramáticos.

---

<sup>2</sup> A expressão *latim vulgar* é tida por inadequada tanto pela indesejável polissemia do adjetivo *vulgar*, que pode significar “reles” ou “ordinário”, quanto pela vagueza do próprio conceito. Segundo Wright (1982, p. 52), circularam no meio acadêmico mais de dez definições de *latim vulgar*, tornando o seu uso contraproducente aos romanistas. O próprio Carlo Tagliavini (1993, p. 294) sugere substituí-la por *latim falado* ou *latim comum*.

<sup>3</sup> O *Appendix Probi* (“O Apêndice de Probo”) é um documento latino datável do século III ou de inícios do século IV d.C. Trata-se de uma longa lista com 227 prescrições de pronúncia em que se opõem a forma culta e a popular de uma palavra, seguindo a fórmula: *vetulus non veclus, alveus non albeus, etc.* Ele recebeu o nome de *Appendix Probi* porque foi encontrado junto a um tratado gramatical de Valério Probo, mas não se sabe ao certo se ele é de fato o autor do documento (Silva Neto, 1956, p. 34-40).

Conquanto sejam fontes legítimas para o estudo do latim como língua falada, as gramáticas antigas requerem cautela e cuidados metodológicos por parte dos estudiosos. Em primeiro lugar, os referidos tratados, em regra, visavam à elaboração e à sistematização de uma língua culta baseada nas grandes obras literárias, de forma que as regras de pronúncia aí prescritas tivessem uma circulação mais concentrada nas camadas instruídas e talvez destoassem *ipso facto* da pronúncia utilizada pela plebe romana. Embora o latim estivesse sujeito a muitos fatores de variação linguística – tempo, lugar, classe social, meio, *etc.* –, não era esse o foco das gramáticas antigas, que muito esporadicamente se reportavam ao tema. Destarte, não deve o pesquisador se surpreender caso as prescrições de pronúncia constantes nos tratados estejam em eventual desacordo com as informações fonéticas fornecidas por fontes de caráter mais popular, como as inscrições pompeianas anteriormente citadas. É possível tratar-se apenas de uma variação no idioma. Em segundo lugar, não só a língua, em seus aspectos fenomenológicos, mas também a própria doutrina gramatical estão sujeitas à mudança ao longo dos séculos, de sorte que a rede de conceitos linguísticos com a qual operavam os antigos possa não ser a mesma rede com a qual o pesquisador opera hoje. Por exemplo, os primeiros gramáticos helênicos não distinguiam a classe das interjeições, considerada à época uma subclasse de advérbio; quem veio a distingui-la tempos depois como classe autônoma foram os latinos, a exemplo do próprio Quintiliano (I, IV, 19-20, *in* Pereira, 2006, p. 97), mas isso não implica a inexistência das interjeições em grego, em contraste com a existência delas em latim. O que houve aí foi tão somente uma mudança nos critérios classificatórios, evidenciando-se que o pensamento gramatical também segue *mutatis mutandis* uma diacronia própria.

A busca por uma pronúncia autêntica do latim remonta pelo menos ao século XVI, quando vieram a lume o *De Recta Latini Graecique Sermonis Pronuntiatione*, de Erasmo de Roterdã (1528), e as *Scholae Grammaticae*, de Ramus (1559), cujas prescrições foram modificadas e aperfeiçoadas nos séculos seguintes. No contexto brasileiro, sobressai a obra *Fonética Histórica do Latim*, de Ernesto Faria (1957), que é a principal referência bibliográfica deste empreendimento acadêmico. Nela, o ilustre filólogo recorre a várias fontes para o conhecimento do *latim popular*, como as prescrições dos gramáticos latinos, as inscrições antigas e os dados comparativos, reunindo assim evidências robustas que apenas o uso sinérgico dessas fontes poderia oferecer aos linguistas históricos. Além disso, ele faz citações diretas aos gramáticos antigos, a exemplo do próprio Quintiliano.

Para adentrar nos meandros da *Institutio Oratoria*, o presente artigo foi estruturado da seguinte maneira: em primeiro lugar, consta uma breve seção sobre o objeto de estudo e alguns fundamentos da Linguística Histórica; em segundo lugar, algumas considerações sobre a metodologia da pesquisa; em terceiro lugar, um resumo sobre a obra de Quintiliano; em seguida, a análise comentada de trechos selecionados da *Institutio Oratoria*, com o original latino e a tradução portuguesa respectiva; por último, as conclusões do trabalho.

## O objeto da Linguística Histórica

Este artigo se enquadra numa disciplina denominada Linguística Histórica, que Silva (2008) desta maneira define:

Tradicionalmente, descreve-se a **linguística histórica** como o campo da linguística que trata de **interpretar mudanças** – fônicas, mórficas, sintáticas e semântico-lexicais – ao longo do tempo histórico, em que uma língua ou família de línguas é **utilizada por seus utentes em determinável espaço geográfico e em determinável território**, não necessariamente contínuo. (Silva, 2008, p. 8, grifos nossos).

A passagem acima permite inferir que o objeto da Linguística Histórica é a **mudança da língua através dos tempos** (*i.e.* **variação diacrônica**), que incide inexoravelmente sobre qualquer língua natural viva e em qualquer nível linguístico: fonético, morfológico, sintático, semântico e lexical. Quando a autora fala em “interpretar mudanças”, ela, noutras palavras, afirma que ao linguista histórico não basta apontar alterações na língua; é preciso investigar as causas desses fenômenos, que podem ser intralinguísticas, extralinguísticas ou uma combinação de ambas. Por exemplo, um fenômeno fonético bastante conhecido na transição do latim ao português é a sonorização das consoantes surdas intervocálicas, como em: *uita* > *vida*. Mas o que explicaria a ocorrência da sonorização em português, frente à manutenção da consoante surda em italiano, como em *uita* (latim) > *vita* (italiano)? Do ponto de vista intralinguístico, a sonorização se explicaria pela presença das duas vogais, [i] e [e], que transferem à consoante o traço fonético de sonoridade num processo de assimilação parcial. Do ponto de vista extralinguístico, essa alteração sonora teria sido uma provável influência do substrato céltico sobre o latim ibérico (Elia, 2004, p. 96-98). Ou seja, para descrever a pronúncia romana no século I d.C. e interpretar as mudanças pelas quais ela passou, é proveitoso cotejá-la não só com as fases do latim, mas também com as próprias línguas românicas, que o sucederam.

A definição de Silva (2008, p. 8) acima transcrita também aponta para uma das ideias mais basilares da Linguística Histórica: toda língua natural, utilizada num determinado lugar e numa determinada época, está suscetível à mudança – de fato, seria um contrassenso conceber a existência de sociedades dinâmicas cujas línguas se mantivessem estáticas e engessadas. As primeiras percepções de diacronia, longe de serem um apanágio dos comparatistas do século XIX, remontam à Antiguidade. Com efeito, os pensadores de viés naturalista, citados por Platão (c. 428-348 a.C.) no *Crátilo*, propunham uma relação motivada entre o nome e o objeto nomeado, como se cada palavra detivesse a essência do seu referente. No entanto, devido à ação do tempo sobre as formas lexicais, tal essência poderia se obscurecer parcial ou inteiramente de modo que nenhum esforço etimológico pudesse recuperá-la do esquecimento (Viaro, 2011, p. 29-30). Destarte, o passo decisivo dos linguistas históricos ao fundar a sua disciplina não foi simplesmente aperceber-se de mudanças na língua, mas entender a fundo a natureza delas e torná-las objeto central de análise, não as encarando hoje nem como um aperfeiçoamento, nem como uma corrupção do idioma. Afinal, segundo reza outra ideia basilar da Linguística Histórica, a variação diacrônica em si não é boa nem ruim, porquanto ela em nada compromete o potencial semiótico das línguas, isto é, a sua capacidade de veicular sentidos conforme as crenças e as vontades dos seus falantes (Bybee, 2020, p. 47). Em suma, as línguas não melhoram nem pioram; elas simplesmente... Mudam.

## Metodologia

Seguindo a mesma orientação de muitos empreendimentos científicos, os resultados alcançados nesta pesquisa são fruto de um **método indutivo** e de uma cuidadosa **revisão bibliográfica**. Após uma breve apresentação da vida e da obra de Quintiliano, procede-se a uma análise descritiva e interpretativa de trechos selecionados da *Institutio Oratoria*, com preferência, é claro, por aqueles nos quais haja informações ou prescrições relativas à ortografia e à ortoépia. No corpo do trabalho, constam os trechos originais em latim e a tradução portuguesa respectiva, feita por Pereira (2006), a que se segue uma série de comentários explicativos, cotejando-se as assertivas do autor com os dados fornecidos por outras fontes da Linguística Histórica, cujo papel aqui é o de verificar ou elucidar o que foi dito pelo insigne mestre em Retórica. Dentre essas fontes, sobressai o já citado Faria (1957), que discorre com profundidade e vagar sobre a fonética diacrônica do latim.

### **Sobre a *Institutio Oratoria***

A *Institutio Oratoria* (i.e. “Educação Oratória”), de Marco Fábio Quintiliano (35-96 d.C.), é uma extensa obra, composta por doze livros, em que se reúnem os conhecimentos necessários à formação intelectual e moral dos oradores, conforme sugere o seu título. O autor transita por vários campos do saber, como Retórica, Pedagogia, Literatura e a própria Gramática, considerada por ele uma disciplina propedêutica. Embora Quintiliano (I, V, 54) afirme textualmente não ter a intenção de compor um tratado de Gramática, ele dedica ao tema reflexões relevantes do ponto de vista linguístico e historiográfico, que fazem dele um legítimo continuador da disciplina inaugurada no fim do século II a.C. pelos gramáticos alexandrinos, de quem os romanos são inequívocos herdeiros intelectuais (Auroux, 1992, p. 21). Para o mestre em Retórica, o ensino de Gramática tinha por objetivo algo bem pragmático, típico da mentalidade romana: servir de instrumento indispensável ao ofício dos homens públicos (I, IV, 5). O pensamento gramatical de Quintiliano se concentra nos capítulos de IV a IX do livro I da *Institutio Oratoria* e passa por temas como ortoépia, ortografia, partes do discurso e vícios de linguagem.

### **A análise de trechos selecionados dos capítulos gramaticais da *Institutio Oratoria***

Os capítulos de IV a IX da *Institutio Oratoria* não formam entre si o gênero textual conhecido como gramática, com aquela costumeira divisão temática em Fonética, Morfologia, Sintaxe e Semântica. Afinal, a obra visa à formação de oradores, e não à sistematização dos fatos de língua. Portanto, é natural que os assuntos fonéticos ou ortográficos abordados em cada trecho não formem entre si uma sequência lógica, seja do geral para o particular, seja do particular para o geral. Os dois últimos capítulos, VIII e IX, estão fora do escopo da pesquisa por não trazerem informações relevantes ao tema estudado.

### **Trechos selecionados do capítulo IV**

Logo nos parágrafos iniciais do capítulo IV, Quintiliano faz uma defesa enfática da Gramática, rechaçando os detratores da disciplina e passando por conceitos fonéticos, e, na sequência, discorre sobre certas incompatibilidades entre os sons e as letras:

7 An cuiuslibet auris est exigere **litterarum sonos**? Non hercule magis quam nervorum. Aut grammatici saltem omnes in hanc descendent rerum tenuitatem, **desintne aliquae nobis necessariae litterae**, non cum Graeca scribimus (tum enim ab isdem duas mutuamur), **sed proprie in Latinis: 8** ut in his "seruus" et "uulgus" **Aeolicum digammon** desideratur, et **medius** est quidam u et i litterae **sonus** (non enim sic "optimum" dicimus ut "opimum"), et in "here" neque e plane neque i auditur; (Quintiliano, I, IV, 7-8, in Pereira, 2006, p. 88-89, grifos nossos).

7 Será qualquer ouvido capaz de discernir **os sons das letras**? Não, decerto, assim como não será capaz de fazê-lo com as notas musicais. Mas ao menos todos os gramáticos vão descer a detalhes como estes: **faltam-nos algumas letras**, não quando escrevemos palavras de origem grega (pois então tomamos duas aos gregos de empréstimo), **mas latinas?** 8 Sente-se, por exemplo, a falta do **digama eólico** em *seruus* ['escravo'] e *uulgus* ['povo'], há um **som medial** entre *i* e *u* (com efeito, não dizemos *optimus* ['ótimo'] como *opimus* ['suntuoso'], e em *here* ['ontem'], nem se ouve nitidamente *e* nem *i*. (*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

Os antigos não distinguem *fonema* e *grafema*, porém, quando Quintiliano e outros autores apontam incompatibilidades entre os sons e as letras, eles demonstram ter ao menos uma noção tácita de que a pronúncia e a grafia são realidades distintas. É sabido que os romanos tomaram de empréstimo aos gregos as letras *Y* e *Z*, devido à ausência de correspondentes latinas que representassem, respectivamente, a vogal anterior arredondada [y] e a consoante sibilante sonora [z]<sup>4</sup>, presentes, por exemplo, na palavra ΖΕΦΥΡΟΣ (em latim ZEPHYRVS)<sup>5</sup>. Todavia, o mestre em Retórica adverte que, no alfabeto latino, também faltam letras para representar certos sons do seu idioma pátrio. Por exemplo, em *seruus* e *uulgus*, o primeiro *u* deveria ser substituído pelo dígrama eólico (ϝ), segundo propusera décadas antes o imperador Cláudio (10-54 d.C.), a fim de manter graficamente distintas a semivogal [w] e a vogal [u] (Pereira, 2006, p. 91, nota 12). Dessa forma, as palavras *seruus* e *uulgus*, em letras maiúsculas, grafar-se-iam assim: SERϝVS e ϝVLGVVS. Em seguida, Quintiliano adverte que, no adjetivo *optimus*, cuja

<sup>4</sup> No grego clássico, o Z representaria um dífono [sd], porém, da metade do século IV a.C. em diante, a epigrafia grega apresenta algumas confusões entre o Z e o Σ, sugerindo que o Z teria perdido o seu elemento oclusivo [d]. Portanto, no tempo de Quintiliano, é provável que o Z designasse tão somente uma sibilante sonora [z], tal como em grego moderno (Faria, 1957, p. 114-115).

<sup>5</sup> Para designar a consoante bilabial aspirada [p<sup>h</sup>], os romanos optaram pelo dígrafo PH, em vez de transladar a letra grega Φ. Os dois vocábulos foram postos em caixa alta para evidenciar os empréstimos das letras *Y* e *Z*.

grafia arcaica era *optumus*, há um som medial entre o antigo *u* e o *i* presente em *op̄imus*, mas não sugere no texto nenhuma letra para representá-lo. Décadas antes, o mesmo imperador Cláudio propusera *ad hoc* o uso do grafema F, de modo que *opt̄imus* assim se grafasse em letras maiúsculas: OPT̄MV̄S (Faria, 1957, p. 60). O verdadeiro timbre dessa vogal não é de todo conhecido; como o seu ponto de articulação se situa entre [i] e [u], deve tratar-se de uma vogal central alta [ɨ] ou [ɥ]. Por fim, no advérbio *here*, cuja variante é *heri* (“ontem”), também há uma oscilação gráfica pelo fato de as letras *E* e *I* finais não representarem fielmente o som proferido à época. Contudo, o trecho transcrito não dá pistas elucidativas sobre o verdadeiro timbre dessa vogal final.

No parágrafo seguinte, discorre o autor sobre a consoante aspirada [h] e a letra H:

9 an rursus aliae redundant, praeter illam **adspirationis**, quae si necessaria est, etiam contrariam sibi poscit, et k, quae et ipsa quorundam nominum nota est, et q, cuius **similis effectus** specieque, nisi quod paulum a nostris obliquatur, coppa apud Graecos nunc tantum in numero manet, et nostrarum ultima, qua tam **carere potuimus** quam psi non quaerimus? (Quintiliano, I, IV, 9, *in* Pereira, 2006, p. 90, grifos nossos)

9 Por outro lado, não estariam outras [letras] sobrando, como o  **sinal de aspiração**, que, se necessário, também deveria exigir a marca oposta? Não ocorre o mesmo com o *k*, que é abreviação de alguns nomes, e com o *q*, **semelhante foneticamente** e pela forma ao *copa*<sup>6</sup> dos gregos, o qual, não reproduzido exatamente pelos nossos, serve agora apenas de numeral? E a última de nossas letras, da qual tanto **nos podemos abster** quanto não necessitamos de um psi [ψ]? (*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

Há uma oscilação no *status* do *H*, que se poderia interpretar como letra ou sinal de aspiração. De fato, a aspiração se representa graficamente em grego por meio de um diacrítico chamado espírito áspero (´), colocado sobre as vogais ou sobre a letra ρ: ὕμνος (em latim: *hymnus*), ῥήτωρ (em latim: *rhetor*). Se, ao contrário, a vogal não for aspirada, tal traço fonético se representa graficamente por meio do espírito brando (ˊ), ou seja, a tal marca oposta inexistente no alfabeto latino: ἐπιφάνεια (em latim: *epiphania*). O relato de Quintiliano e as transliterações das palavras gregas provam a existência em latim da consoante aspirada [h], que deixou de ser pronunciada entre os romanos séculos antes de Cristo, mas foi parcialmente restituída pelos eruditos, no período clássico. Evidências epigráficas comprovam a debilidade

---

<sup>6</sup> Letra semelhante a um *q* minúsculo que os gregos utilizavam para representar o numeral 90 (Pereira, 2006, p. 90, nota 17).

do [h] desde épocas remotas, como em: *abet*, em vez de *habet*; *abitat*, em vez de *habitat* (Faria, 1957, p. 88-90).

Quintiliano critica a existência de duas letras para designar o mesmo som: o *K*, utilizado em abreviaturas como *K*. (*Kalendae* ou *Calendae*) e o *Q*, utilizado apenas diante de *ũ* breve. Críticas semelhantes também fariam gramáticos latinos tardios, como Prisciano, Terêncio Mauro e Mário Vitorino, aos quais soava desnecessário o uso do *K* e do *Q*. Vélío Longo (século II d.C.) admite a utilidade do *Q* para indicar na métrica a brevidade da vogal *ũ* seguinte, com a qual ele formaria uma “consoante oclusiva velar labializada surda *Qw*” (Faria, 1957, p. 103). Donato (*Ars Maior* I, 2), por seu turno, diverge dos demais por abonar o uso de *K*, *Q* e *C* (Dezotti, 2011, p. 131).

Depois, o autor questiona a existência da última letra do alfabeto latino, o *X*, que poderia ser substituído pelo ajuntamento das letras *C* e *S*. Alega ele que usar o *X* para representar o encontro consonantal [ks] seria tão supérfluo quanto importar do grego o  $\Psi$  para representar o encontro consonantal [ps], presente no substantivo *ops* (“poder”, “auxílio”). O valor do *X* como dífono em latim se pode comprovar tanto pelo testemunho de gramáticos latinos tardios, a exemplo de Diomedes, Marciano Capela e Prisciano (Faria, 1957, p. 112-113), quanto por reconstruções internas. Com efeito, o *X* costuma aparecer no nominativo singular de muitos substantivos da terceira declinação cujo radical finda em [k] ou [g] nas formas oblíquas, como em *rex*, *regis*. O encontro consonantal [ks] aí presente resulta da síncope de uma vogal: *\*regis* > *\*regs* > *rex* (*ibidem*, p. 192).

Nesta passagem, Quintiliano cita algumas preferências ortográficas do orador Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.):

Sciat etiam Ciceroni placuisse "aiio" "Maiiam" que geminata i scribere: quod si est, etiam iungetur ut consonans. (Quintiliano, I, IV, 11, *in* Pereira, 2006, p. 91).

Saiba ele [o *grammaticus*] que também agradava a Cícero escrever *aiio* [‘eu digo’] e *Maiia* [‘Maia’], com *i* geminado, um dos quais, assim sendo, comporta-se como consoante. (*ibidem*, p. 91-92, tradução do autor).

Tal opção ortográfica de Cícero sugere a ocorrência de um fenômeno fonético comum ao latim e ao português: o prolongamento da semivogal situada entre duas vogais. A grafia *Maiia*, com redobro do *i*, seria uma representação mais fiel da forma falada no século I a.C., num esforço de isomorfismo entre a fala e a escrita (Pereira, 2006, p. 92, nota 21). Como quer

que seja, tanto as proposições ciceronianas quanto as claudianas, anteriormente citadas, demonstram que a ortografia latina não era uniforme entre os eruditos.

Na passagem seguinte, Quintiliano opõe certas pronúncias arcaicas às pronúncias comuns no seu tempo:

Nam ut "Valesii", "Fusii" in "Valerios" "Furios" que uenerunt, ita "arbos", "labos", "uapos" etiam et "clamos" ac "lases" fuerunt: **14** atque haec ipsa s littera ab his nominibus exclusa in quibusdam ipsa alteri successit: nam "mertare" atque "pultare" dicebant, quin "fordeum" "faedos" que pro adspiratione velut simili littera utentes; (Quintiliano, I, IV, 13-14, in Pereira, 2006, p. 93).

Com efeito, do mesmo modo que *Valesii* e *Fusii* deram *Valerii* e *Furii*, assim se passou com *arbos* ['árvore'], *labos* ['trabalho'] e *uapos* ['vapor'], bem como com *clamos* ['clamor'], *lases* ['lares'] e *asa* ['altar']. **14** A mesma letra *s*, retirada dessas palavras, por vezes tomou o lugar de outra, pois se dizia *mertare* e *pultare*, e até *fordeum* e *faedi* como equivalente da aspiração. (*ibidem*, tradução do autor).

O fenômeno fonético em tela é o rotacismo da consoante sibilante surda [s] intervocálica. Por exemplo, na forma infinitiva arcaica *amase* ("amar"), a sibilante surda [s] teria primeiro passado por uma sonorização em [z], devido à influência das vogais circundantes, e só mais tarde teria passado pelo rotacismo: *amase* > \**amaze* > *amare*. Segundo Ernesto Faria (1957, p. 107-109), o rotacismo generalizado que incidiu sobre a antiga sibilante sonora [z], fazendo-a desaparecer do sistema fonológico latino, comprova que o grafema *S* representava sempre um som surdo em latim, em qualquer posição do vocábulo. A transliteração de nomes romanos para o grego, em cujo alfabeto havia as letras Σ e Ζ para os dois tipos de sibilante, [s] e [z], é uma prova adicional do traço de surdez do S latino: *Caesarea*, Καισάρεια ("Cesareia") (Faria, 1957, p. 107-109). Também se observa a ocorrência de rotacismo na sibilante surda [s] final: *arbos* > *arbor* ("árvore"); *labos* > *labor* ("trabalho"); *uapos* > *uapor* ("vapor"); *clamos* > *clamor* ("clamor"). Todavia, o metaplasmo não ocorreu aí por imposição do ambiente fonético, mas por influência analógica das formas oblíquas da terceira declinação, nas quais a supramencionada consoante aparece entre vogais: *arbos* > *arbor*, por analogia com *arboris* < \**arbosis*. A persistência da sibilante surda [s] final noutros substantivos da mesma declinação, a exemplo de *flos*, *floris* ("flor") e *mos*, *moris* ("costume"), é mais rara (*ibidem*, p. 230).

Em seguida, Quintiliano traz dois pares de vocábulos em forma arcaica: *pultare* e *mertare*, que evoluíram para *pulsare* ("bater") e *mersare* ("mergulhar") por meio da assibilação

da consoante dental surda [t]; *fordeum* e *faedi*, que evoluíram para *hordeum* (“cevada”) e *haedi* (“cabritos”) por meio da aspirantização da consoante labiodental surda [f] em [h]. Faria traz neste trecho algumas possíveis pistas sobre o processo de assibilação:

69. O caso mais delicado nos grupos consonânticos de duas oclusivas é o do que é formado por oclusiva dental sonora ou surda *d*, *t* mais *t*, especialmente frequente quando cada consoante do grupo pertence a um elemento morfológico diferente. Desenvolvia-se nesse caso, desde o indo-europeu, um **s epentético entre as duas dentais** e o grupo resultante *dst*, ou *tst* se reduzia em latim a *ss*: *\*sedtos* > *\*setstos* > *sessus* (cf. *sedeo*), *\*pattos* > *\*patstos* > *passus*, etc.

(...)

2) Se o grupo resultante em latim (*ss*) vinha depois de uma consoante, ou (desde o princípio do império) depois de uma vogal longa se simplificava: *\*obfendtos* > *\*obfentstos* > *offensus*, *\*saldtos* > *\*saltstos* > *salsus*. (Faria, 1957, p. 258, § 69, grifos nossos).

Os verbos *pulsare* e *mersare* são formas frequentativas de *pellĕre*<sup>7</sup> (“bater”) e *mergĕre*<sup>8</sup> (“mergulhar”) e, à semelhança de muitas formas frequentativas latinas, derivam do radical do participípio passado: *pulsus* e *mersus*. Com base nos exemplos aduzidos por Faria, tais participípios podem ter-se desenvolvido da seguinte maneira: *\*puldτος* > *\*pultstus* > *pulsus*; *\*merdτος* > *\*mertstus* > *mersus*. Entretanto, esse consonantismo, na sequência em que foi exposto (*\*ldt* > *\*ltst* > *\*ls*; *\*rdt* > *\*rtst* > *rs*), não coincide com o consonantismo descrito por Quintiliano: *pultare* (> *pulsare*) e *mertare* (> *mersare*), em que houve apenas a assibilação de uma dental surda (*t* > *s*), e não a assibilação de um grupo consonântico inteiro (*tst* > *s*). Talvez ambos os participípios, *pulsus* e *mersus*, tenham atuado analogicamente sobre os frequentativos arcaicos *pultare* e *mertare*, modificando-os, porém não é possível afirmá-lo ao certo.

A aspirantização da consoante labiodental surda [f] em [h], ocorrida em *fordeum* (> *hordeum*) e *faedi* (> *haedi*), é um fenômeno atestado por outros gramáticos, que fornecem aos pesquisadores boas evidências comparativas. Segundo os relatos de Varrão e Vélío Longo, os sabinos, falantes de um dialeto itálico denominado sabélico, chamavam *fasĕna* ao que os latinos chamavam *harĕna* (> *arena* > *arĕa* > *area* > *areia*) (Faria, 1957, p. 242-243). Deduz-se aí não só uma correspondência entre o [f] inicial sabélico e o [h] inicial latino, como também uma correspondência entre o [s] intervocálico sabélico e [r] intervocálico latino, oriundo do

<sup>7</sup> *pello*, -is, -ĕre, *pepuli*, *pulsum*.

<sup>8</sup> *mergo*, -is, -ĕre, *mersi*, *mersum*.

rotacismo da antiga sibilante surda. Tais constatações sugerem que o pouco conhecido dialeto sabélico possuía matizes mais arcaizantes que os demais dialetos itálicos.

### Trechos selecionados do capítulo V

No capítulo V, Quintiliano volve suas atenções para o barbarismo, no qual se incluem os desvios de pronúncia e os metaplasmos. A adição, a supressão, a mutação e a transposição indevidas de letras ou de sons estão entre os vários tipos de barbarismo, junto com os desvios na divisão silábica, na aspiração e no acento tônico (I, V, 6). Só se admitiriam certas alterações na grafia ou na pronúncia nos casos de licença poética ou nos casos de usos já consagrados entre os eruditos. Vejam-se alguns exemplos aduzidos pelo próprio autor:

**12** Nam duos in uno nomine faciebat barbarismos Tinga Placentinus, si reprehendenti Hortensio credimus, "preculam" pro "pergula" dicens, et inmutatione, cum c pro g uteretur, et **transmutatione**, cum r praeponeret antecedenti (...). **13** Sed in prorsa quoque est quaedam iam recepta inmutatio (nam Cicero "Canopitarum exercitum" dicit, ipsi Canobon uocant), et "Trasumennum" pro "Tarsumenno" multi auctores, etiamsi est in eo **transmutatio**, uindicauerunt. (Quintiliano, I, V, 12-13, in Pereira, 2006, p. 108, grifos nossos).

**12** Com efeito, Tinga de Placência<sup>9</sup> praticava dois barbarismos numa só palavra, se cremos em Hortênsio<sup>10</sup>, que o repreendia ao dizer *precula* por *pergula* ['balcão']: tanto produzia alteração no termo ao empregar *c* e *g*, quanto **metátese**, fazendo vir o *r* antes de seu antecedente (...). **13** Há, porém, um certo tipo de metátese já aceita também na prosa. Com efeito, Cícero diz *Canopitarum exercitum* ['exército dos canopitas'], enquanto eles próprios se dizem *Canobos*<sup>11</sup>, e muitos autores reivindicam a grafia *Trasumennus* em vez de *Tarsumennus*<sup>12</sup>, ainda que haja aí uma **metátese**. (*ibidem*, p. 108-109, grifos nossos).

Quintiliano descreve dois fenômenos no trecho transcrito: a metátese da consoante vibrante [r] em *precula* (< *pergula*) e *Trasumennus* (< *Tarsumennus*) e uma oscilação de

<sup>9</sup> Pessoa espirituosa lembrada por Cícero no *Brutus* (Pereira, 2006, p. 108, nota 68).

<sup>10</sup> Quinto Hortênsio (114-50 a.C.) era um orador rival de Cícero, de quem se tornou amigo posteriormente (*ibidem*, nota 69).

<sup>11</sup> Habitantes de Canobo, cidade do Baixo Egito, no delta do Nilo (*ibidem*, nota 72).

<sup>12</sup> Gentílico latino de Tarso, cidade localizada no Levante.

pronúncia entre pares de consoantes homorgânicas, a saber: entre as velares [k] e [g] em *precula* e *pergula*; entre as bilabiais [p] e [b] em *Canopitarum* e *Canobos*. O primeiro fenômeno não só é atestado em inscrições populares do período imperial (e.g. *crocodilus* > *corcodilus*), como também continuou operante na transição do latim para as línguas românicas, segundo demonstram estes exemplos: *semper* > *sempre*; *pro* > *por* (Faria, 1957, p. 266). A oscilação entre os pares de homorgânicas é de difícil explicação, pois as consoantes oclusivas itálicas se mantiveram em geral inalteradas em latim em quase todos os ambientes fonéticos (*ibidem*, p. 231-243). Em *precula* (< *pergula*), teria ocorrido um ensurdecimento da consoante velar oclusiva sonora [g] por imposição do ambiente fonético ou por uma eventual analogia com os diminutivos *auricula*, *apicula* e outros de mesmo sufixo? Talvez não tenha ocorrido nada disso. O mais provável é tratar-se de um barbarismo ocasional cometido por Tinga de Placência, e não de uma tendência fonética mais generalizada. No gentílico *Canōpitae* e no topônimo *Canōpus*, tampouco se pode falar num ensurdecimento regular da bilabial sonora latina [b] dado que o nome da referida cidade egípcia poderia ser Κάνωβος ou Κάνωπος em grego<sup>13</sup>. A forma adotada por Cícero veio, pois, da segunda variante (Κάνωπος), enquanto a forma adotada pelos habitantes locais veio da primeira (Κάνωβος).

Mais adiante, Quintiliano (I, V, 20-21) volta a discorrer sobre a consoante aspirada [h], cuja debilidade data de séculos antes de Cristo, e depois tece alguns parágrafos sobre um dos temas mais controversos e debatidos entre os foneticistas do latim: a natureza musical ou intensiva do acento latino. Assim discorre o mestre em Retórica:

**30** namque in omni **uoce acuta** intra numerum trium syllabarum continetur, sive eae sunt in verbo solae siue ultimae, et in iis aut proxima extremae aut ab ea tertia. Trium porro de quibus loquor media **longa** aut **acuta** aut **flexa** erit, eodem loco **breuis** utique **grauem** habebit sonum ideoque positam ante se, id est ab ultima tertiam, acuet. **31** Est autem in omni uoce utique acuta, sed numquam plus una nec umquam ultima, ideoque in disyllabis prior. Praeterea numquam in eadem flexa et acuta; itaque neutra cludet uocem Latinam. (Quintiliano, I, V, 30-31, in Pereira, 2006, p. 116-117, grifos nossos)

**30** em toda palavra, um **acento agudo** se concentrará entre três sílabas, quer se trate de um trissílabo quer sejam elas as últimas sílabas do vocábulo, incidindo ou sobre a penúltima, ou sobre a antepenúltima sílaba. Das três sílabas, pois, a que me refiro, a do meio, quando **longa**, ou será **aguda** ou **circunflexa**, e nessa mesma posição, quando **breve**, será sempre **grave**. Por isso, tornará aguda a sílaba anterior, isto é, a antepenúltima. **31** Em toda

<sup>13</sup> [https://greek\\_greek.en-academic.com/218405/Κάνωπος\\_ή\\_Κάνωβος](https://greek_greek.en-academic.com/218405/Κάνωπος_ή_Κάνωβος)

palavra, porém, há sempre um acento agudo, mas nunca mais do que um e jamais na última sílaba, e por essa razão haverá um na primeira sílaba dos dissílabos. Além disso, nunca haverá numa mesma palavra um acento circunflexo e um agudo, razão pela qual nenhum incide sobre a última sílaba de uma palavra latina. (*ibidem*, tradução do autor, p. 117, grifos nossos).

As línguas de acento musical se caracterizam por uma propriedade fonética denominada **quantidade vocálica**, que estabelece um valor distintivo e suprasegmental entre as vogais longas e as breves (Silva, 2015, p. 185). O grego antigo é um exemplo bem ilustrativo, já que nele o *ē* longo e o *ĕ* breve possuem representações gráficas distintas (η e ε respectivamente), assim como o *ō* longo e o *ō* breve (ω e ο respectivamente). As línguas de acento intensivo não distinguem as vogais em longas e breves, mas em tônicas e átonas, a exemplo do português. Nas línguas do primeiro grupo, as palavras podem ter mais de uma vogal longa (e.g. Σωκράτης, pronunciado *Sōcrátēs*), porém, nas línguas do segundo grupo, as palavras não podem ter mais de uma vogal tônica.

Faria (1957, p. 146-161) comenta alguns pontos de vista conflitantes a respeito do assunto. Os adeptos da natureza musical do acento latino alegam que tal característica não só se faz presente na métrica, como também aparece descrita em gramáticas e noutros tratados. Porém, os adeptos da natureza intensiva do acento alegam que os romanos simplesmente transladaram a métrica e os conceitos fonéticos gregos, adaptando-os artificialmente às feições do seu idioma pátrio. Esse segundo grupo também argumenta que nenhuma língua românica herdou o acento musical nem apresenta resquícios dessa propriedade fonética. Em menor número, há os adeptos de uma suposta diglossia interna ao latim, caracterizada pela prevalência do acento intensivo na plebe e pela prevalência do acento musical na aristocracia, devido aos influxos literários da língua grega. Entretanto, a hipótese de transferência de acento e o estado de diglossia aí sugeridos são muito pouco plausíveis. Por último, há os adeptos da coexistência dos dois tipos de acento, entre os quais se inclui, com algumas ressalvas, o próprio Faria (1957, p. 161).

Embora o relato de Quintiliano não seja de todo conclusivo, dada a possibilidade de ter ocorrido uma adaptação artificial de certos conceitos gregos, os termos grifados no último trecho transcrito sugerem a coexistência dos dois tipos de acento em latim. Com efeito, a tonicidade jamais incidia sobre a última sílaba, porém a quantidade vocálica era a propriedade fonética que mantinha sintaticamente distintos o nominativo e o ablativo singulares da primeira declinação: *rosă* (nominativo) e *rosā* (ablativo). Aliás, foi justamente a neutralização desse

traço fonético nas desinências nominais que começou a tornar indistintos os casos latinos, suscitando o desaparecimento destes nos dialetos românicos (Maurer Jr., 1959, p. 85-88). Isso explicaria por que nenhuma língua neolatina apresenta quantidade vocálica.

Uma dificuldade adicional com que linguistas históricos não raro se deparam são as divergências conceituais entre os gramáticos. No último trecho transcrito, Quintiliano afirma que, quando a penúltima sílaba da palavra for longa, o acento será *agudo* ou *circunflexo*. Varrão, por seu turno, afirma que o *acento agudo* deveria incidir sobre uma sílaba breve, sem se estender por mais de um tempo, enquanto o acento *circunflexo* deveria incidir sobre uma sílaba longa, estendendo-se por dois tempos, como se houvesse um *agudo* e um *grave* somados (Faria, 1957, p. 146). Ao que tudo indica, os dois autores divergem quanto ao tipo de sílaba sobre a qual recai o *acento agudo*: de um lado, Quintiliano afirma que ele recai sobre uma sílaba longa; de outro, Varrão afirma que ele recai sobre uma sílaba breve. A obscuridade dessas categorias descritivas dificulta o trabalho dos linguistas históricos, que não conseguem desvendar certas feições fonéticas do latim com base nesses dois relatos. Estariam Quintiliano e Varrão se referindo à altura vocálica<sup>14</sup>, em vez da intensidade? Não se pode afirmá-lo categoricamente. É possível que os termos *grave*, *agudo* e *circunflexo* reúnam em si traços relativos tanto à intensidade quanto à altura.

A despeito dessas incertezas terminológicas, os linguistas históricos podem recorrer a outros argumentos favoráveis à coexistência dos dois acentos em latim. Em favor do acento musical, pode-se aduzir o vocalismo atuante na formação das línguas românicas, nas quais em regra as vogais longas e as breves resultaram em sons distintos. Em português, o antigo *ī* longo latino resultou em [i], e o antigo *ī* breve resultou em [e]: *uīuum* > *vivo*; *sīccum* > *seco*. A regularidade desse vocalismo demonstra que o *ī* longo e o *ī* breve não eram foneticamente idênticos, ainda que se grafassem da mesma maneira. Em favor do acento intensivo, podem-se aduzir os relatos de gramáticos tardios como Sérvio Honorato (século IV d.C.):

“está colocado o acento na sílaba que mais soa. Verificamos o fato se imaginarmos gritar a alguém que esteja em lugar distante. Veremos então, por uma razão natural, que **a sílaba que mais soa é a que conserva acento**”<sup>15</sup> (in Faria, 1957, p. 154, tradução do autor, grifos nossos).

<sup>14</sup> A altura diz respeito à posição da língua na articulação das vogais (Silva, 2015, p. 55-56). Uma vogal média-baixa tem timbre agudo, e uma vogal média-alta tem timbre grave.

<sup>15</sup> “accentus in ea syllaba est quae plus sonat. Quam rem deprehendimus, si fingimus nos ad aliquem longe positum clamare. Inuenimus enim naturali ratione illam syllabam plus sonare, quae retinet accentum...” (Keil, 4, 26, 16 *apud* Faria, 1957, p. 154).

Não se sabe ao certo quando a quantidade vocálica deixou de existir em latim tampouco se esse processo ocorreu de maneira uniforme nas províncias e nas classes sociais do Império Romano. Coevo do gramático Sérvio Honorato, Santo Agostinho (354-430 d.C.) recomenda no livro *De Doctrina Christiana* que, ao se dirigir a palavra aos seus conterrâneos menos instruídos no norte da África, é preferível dizer *ossum* no lugar de *ōs* (“osso”), porque os ouvidos africanos não saberiam distinguir *ōs* (“osso”) e *ōs* (“boca”). Ou seja, o desaparecimento da quantidade vocálica como traço distintivo remonta, pelo menos, ao século IV d.C. (Maurer Jr., 1959, p. 9).

### Trechos selecionados do capítulo VI

Quintiliano dedica boa parte do capítulo VI ao estabelecimento dos critérios de correção gramatical. No que concerne à ortoépia e à ortografia latinas, uma passagem em particular chama a atenção:

11 Nos praeter auctoritatem oratorum atque historicorum analogia quoque dictum tuebatur. Nam cum legeremus in XII tabulis "**ni ita pagunt**", inveniebamus simile huic "cadunt" (Quintiliano, I, VI, 11, *in* Pereira, 2006, p. 141, grifos nossos).

11 Quanto a nós, além da autoridade dos oradores e historiadores, apoiávamos-nos também na analogia para defender o termo [*pepigi*]. Pois, assim como líamos nas Doze Tábuas **ni ita pagunt**, víamos *pagunt* semelhante a *cadunt* (*ibidem*, tradução do autor, observação e grifos nossos).

Nas Leis das Doze Tábuas, datáveis de meados do século V a.C., lia-se *ni ita pagunt* (“não fixam assim”), porém à época a terceira pessoa do plural do verbo *pa(n)gĕre* se grafava com *C*, e não com *G*: *pacunt*<sup>16</sup>. A princípio, há duas explicações possíveis para essa discrepância na grafia: de um lado, poderia tratar-se de uma efetiva sonorização da consoante surda intervocálica (*pacunt* > *pagunt*?); de outro, poderia tratar-se de um mero arcaísmo ortográfico, haja vista que os romanos usavam antigamente uma única letra, o *C*, para representar as duas consoantes oclusivas homorgânicas [k] e [g], como bem demonstram certas inscrições mais antigas: *uirco* por *uirgo*. Isso se explica pela inexistência da oclusiva sonora [g] na língua

---

<sup>16</sup> Ver o documento completo em: <https://www.thelatinlibrary.com/12tables.html>

etrusca, cujos falantes se assenhorearam do Lácio no período monárquico e lá introduziram o seu sistema de escrita aos romanos, que não dispunham, num primeiro momento, de uma letra para representar tal som. Segundo o historiador grego Políbio (46-120 d.C.), o surgimento do G no alfabeto latino se deve ao diretor de uma escola particular romana, Espúrio Carvílio Ruga, que o teria introduzido por volta de 293 a.C., ou seja, muitos anos após a publicação das Leis das Doze Tábuas (Faria, 1957, p. 58; Fischer, 2009, p. 127-128). Diante dessas evidências, a grafia *pacunt*, constante nos antigos textos jurídicos, deve ser apenas um arcaísmo ortográfico, enquanto a grafia *pagunt* deve ser uma forma já adaptada. Por fim, Faria (1957, p. 237) traz evidências de que o latim manteve intacta a antiga consoante velar oclusiva [k] do indo-europeu em todos os ambientes fonéticos, rechaçando a hipótese de ter ocorrido uma sonorização no caso descrito: *\*kmtom* > *centum* (“cem”); *\*dekm* > *decem* (“dez”); *\*deik-* > *dico* (“digo”); *\*krewo-* > *cruor* (“sangue”).

## Trechos selecionados do capítulo VII

O capítulo VII aborda um tema fulcral aos propósitos deste artigo: a ortografia. Quintiliano (I, VII, 1) a define como *recte scribendi scientiam* (“ciência de escrever corretamente”) com base na etimologia do termo grego ὀρθογραφία, composto pelo adjetivo ὀρθός (“correto”) e pelo radical do verbo γράφειν (“escrever”). A primeira observação do autor sobre o tema concerne ao uso de um sinal gráfico, o ápice, que consistia numa barra inclinada à direita e sobrescrita às vogais longas, com o intuito de diferenciá-las das breves:

**2** ut longis syllabis omnibus adponere apicem ineptissimum est, **quia plurimae natura ipsa verbi quod scribitur patent**, sed interim necessarium, cum eadem littera alium atque alium intellectum, prout correpta uel producta est, facit: **3** ut "malus" arborem significet an hominem non bonum apice distinguitur, "palus" aliud priore syllaba longa, aliud sequenti significat, **et cum eadem littera nominatio casu brevis, ablatiuo longa est, utrum sequamur plerumque hac nota monendi sumus.** (Quintiliano, I, VII, 2-3, in Pereira, 2006, p. 160-161).

**2** É por demais tolo, por exemplo, juntar um ápice a toda sílaba longa, **pois muitas delas, pela própria natureza do termo que se escreve, são evidentes.** Por vezes, porém, quando a mesma letra produz um sentido ou outro, conforme seja breve ou longa, ele se torna necessário: **3** por meio de um ápice se discerne se *malus* indica uma árvore ou um homem que não é bom; *palus* significa uma coisa com a primeira sílaba longa, outra com a segunda. **Geralmente se recomenda fazer uso daquele sinal quando a**

**mesma letra, breve no caso nominativo, é longa no caso ablativo, a fim de indicar qual caso empregamos.** (*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

O uso do ápice, na visão de Quintiliano, tem uma finalidade bem específica: discernir palavras homônimas homógrafas que, na fala, se diferenciavam unicamente pela quantidade vocálica. Sem o referido sinal gráfico, seria difícil discernir num texto escrito as palavras *mālus* (“macieira”) e *mālus* (“mau”) ou ainda *pālus* (“pau”, “estaca”) e *pālus* (“paul”). Da mesma forma, seria difícil discernir o nominativo e o ablativo singulares de certas declinações, a exemplo de *rosā* (nominativo) e *rosā* (ablativo). Quintiliano (I, IV, 10) lembra que os antigos costumavam usar letras dobradas para indicar as vogais longas, hábito esse já atestado numa inscrição de 132 a.C., em que se encontra a grafia *paastores* (i.e. *pāstores*) (Faria, 1957, p. 117).

Nos parágrafos subsequentes do capítulo VII, o autor comenta outros procedimentos ortográficos utilizados para distinguir palavras que, à época, deveriam ser homônimas homófonas. É o caso dos pares *expecto* (< *ex* + *pecto*, “penteio”) e *exspecto* (< *ex* + *specto*, “espero”), *ad* (“para”, “até”) e *at* (“porém”), *quom* (“quando”) e *cum* (“com”). No verbo *exspecto*, manteve-se o *s* etimológico do verbo primitivo *specto* embora a sibilante [s] não fosse pronunciada após o dífono *X*; na preposição *ad*, manteve-se o grafema *D*, apesar de um provável ensurdecimento da consoante dental sonora [d], que a teria tornado homófona à conjunção adversativa *at*; por fim, *quom* e *quum* são variantes mais antigas da conjunção *cum* (“quando”), que se tornou homófona à preposição *cum* devido à contração dos sons vocálicos. Disso se depreende que a manutenção de grafias etimológicas ou mais antigas era um meio de evitar homonímias e ambiguidades nos textos escritos.

Mais adiante, Quintiliano comenta as alterações fonéticas sofridas pelos prefixos ao se juntarem a outras palavras:

7 Quæri solet, in scribendo **praepositiones** sonum quem iunctae efficiunt an quem separatae obseruare conueniat, ut cum dico "optinuit" (**secundam enim b litteram ratio poscit, aures magis audiunt p**) et "immunis": 8 illud enim quod ueritas exigit, sequentis syllabae sono uictum, m gemina commutatur. (Quintiliano, I, VII, 7-8, in Pereira, 2006, p. 162-163, grifos nossos).

7 Costuma-se perguntar, e conviria observar, qual pronúncia terão na escrita, unidas a outras palavras, as **preposições**, e qual separadas. Quando digo, por exemplo, *optinuit*, **o entendimento exige que a segunda letra seja b, enquanto os ouvidos ouvem um p**; e em *immunis* [‘isento’], **8** o *n*, que o étimo exige, vencido pela pronúncia da sílaba seguinte, altera-se para *m* geminado. (*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

O termo *praepositio*, na gramaticografia latina, poderia referir-se a uma preposição ou a um prefixo, mas os exemplos apresentados não deixam dúvidas de que o autor está tratando de prefixos e das alterações fonéticas sofridas por eles ao se juntarem ao radical das palavras. Em *optinuit* (“obteve”), houve um ensurdecimento da consoante bilabial sonora [b], parcialmente assimilada à consoante dental surda [t] seguinte: *ob + tinuit > optinuit*. Em *immunis*, houve uma assimilação completa da consoante dental nasal [n] à nasal bilabial [m] seguinte: *in + munis > immunis*.

Na sequência, Quintiliano torna a criticar o uso da letra *K* em latim, por considerá-la desnecessária:

**10** Nam k quidem in nullis uerbis utendum puto nisi quae significat etiam ut sola ponatur. Hoc eo non omisi quod quidam eam quotiens a sequatur necessariam credunt, **cum sit c littera, quae ad omnis uocalis vim suam perferat.** (Quintiliano, I, VII, 10, in Pereira, 2006, p. 163-164, grifos nossos).

**10** Penso que a letra *k* não deva, de fato, ser usada em palavra alguma, senão quando for uma abreviatura. Não quis omitir isso, porque, toda vez que um *a* se segue àquela letra, alguns a consideram necessária, **quando temos a letra c a manter seu valor diante de todas as vogais.** (*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

O trecho grifado dá provas peremptórias de que o *C* latino representava sempre uma consoante velar oclusiva surda [k], diante de qualquer vogal. Isso pode parecer contraintuitivo porque, dentre as línguas neolatinas majoritárias, o *C* diante de vogais anteriores representa, ou uma sibilante surda [s], como em português, castelhano e francês, ou uma consoante africada [tʃ], como em italiano e romeno. Por exemplo: *caelum* (latim) > *céu* (português), *cielo* (castelhano), *ciel* (francês), *cielo* (italiano), *cer* (romeno)<sup>17</sup>. No entanto, o arcaizante sardo diverge das suas línguas congêneres por ter conservado a antiga velar oclusiva latina [k] nesse ambiente fonético: *centum > kentu* (Bassetto, 2013, p. 203).

As inscrições, as transliterações e os empréstimos linguísticos são provas adicionais em favor do relato de Quintiliano. Em algumas inscrições latinas, o uso do *K* no lugar do *C* só se explicaria pelo caráter velar oclusivo da consoante: *pake* por *pace* (“paz”), *dekembres* por

---

<sup>17</sup> Nas variantes europeias do castelhano, o *C* diante de vogais anteriores costuma representar uma interdental surda [θ] (Priede, 2014, p. 133).

*decembres* (“dezembrinos”), *iaket* por *iacet* (“jaz”). As transliterações de nomes latinos em caracteres gregos e de nomes gregos em caracteres latinos também o corroboram, pois o κ (capa) representa uma consoante velar oclusiva [k] diante de qualquer vogal, seja na fase antiga, seja na fase moderna da língua grega: *Cicero* (latim), *Κικέρων* (grego); *Κέφαλος* (grego), *Cephalus* (latim). Por fim, os termos latinos incorporados a outras línguas com que os romanos entraram em contato também mantiveram o [k] inalterado diante de vogais anteriores: em basco, *bake* < *pacem* (“paz”); em irlandês, *cengal* (pronunciado “kengal”) < *cingulum* (“cinto”); em alemão, *Kiste* < *Kista* (arcaico) < *cista* (“cesta”, “caixa”) (Faria, 1957, p. 83-84; Tagliavini, 1993, p. 247).

A fricativização do [k] diante de [e] ou [i] ocorreu em boa parte do orbe românico, mas não da mesma maneira em todos os lugares nem na mesma época, tornando difícil a datação do fenômeno. Segundo o filólogo espanhol Menéndez Pidal, ele teria ocorrido em fins do Império ou no início da Idade Média:

a) Como la C ante vocal de la serie anterior o palatal, *e*, *i*, avanza naturalmente su punto de articulación a postpalatal, que escribimos *k* o *c*, avanzó luego más, hasta hacerse prepalatal, africándose o asibilándose, según indican varias grafías en las inscripciones, como **IN PAΘE** [< *pace*] **del año 383, incitamento** [< *incitamentum*] **anterior a 410, paze** [< *pace*], **fesit** [< *fecit*], etc., y en una inscripción de la Bética, del siglo VI o VII, **Scipriano** [< *Ciprianus*]. (Pidal, 1985, p. 93, observações e grafos nossos).

Noutros passos da *Institutio Oratoria*, Quintiliano aponta diferenças ortográficas em antigos monumentos da cidade de Roma. Por exemplo, numa das colunas do Fórum, que rememora a vitória do cônsul Duílio sobre os cartagineses em 241 a.C., encontra-se um arcaizante *D* no fim de muitas palavras: *In altod marid pugnandod cepet* (i.e. *In alto mari pugnando cepit*, “Tomou o inimigo lutando em alto mar”) (Pereira, 2006, p. 165, nota 247). Entre os séculos III e II a.C., a consoante dental final sofreu apócope quando a ela antecedia uma vogal longa, como em *altod* > *altō* e *marid* > *marī*, mas permaneceu intacta quando a ela antecedia uma vogal breve, como em *\*kwod* > *quōd* (Faria, 1957, p. 235).

Quintiliano, depois, passa a tratar da grafia e da pronúncia do ditongo *ae*, que muitos antigamente preferiam grafar *ai*:

**18** Ae syllabam, cuius secundam nunc e litteram ponimus, uarie **per a et i efferebant**, quidam semper ut Graeci, quidam singulariter tantum, cum in

datium uel genituum casum incidissent, unde "pictai uestis" et "aquai" **Vergilius** amantissimus uetustatis carminibus inseruit. (Quintiliano, I, VII, 18, *in* Pereira, 2006, p. 166-167, grifos nossos).

**18** A sílaba *ae*, cuja segunda letra agora estabelecemos que seja *e*, os antigos, diversamente, **exprimiam por meio de *ai***; alguns sempre, como os gregos, outros apenas no singular, segundo se tratasse do dativo ou do genitivo. Daí ter **Virgílio**, muitíssimo amante de coisas antigas, inserido em seus poemas *pictai uestis e aquai*. (*ibidem*, p. 167, tradução do autor, grifos nossos).

A preferência de Virgílio (70-19 a.C.) e de outros escritores pela grafia antiga *ai* demonstra que *ae* era um ditongo. A transliteração do segmento  $\alpha i$  em caracteres latinos e do segmento *ae* em caracteres gregos é uma prova adicional de que ambos se pronunciavam [aj]:  $\pi\alpha\iota\delta\alpha\gamma\omega\gamma\acute{o}\varsigma$  (grego), *paedagogus* (latim); *Caesar* (latim),  $\text{Καίσαρ}$  (grego). A monotongação de *ae* em *e* era outrora duramente criticada por Varrão, que considerava rústico o hábito de pronunciar *edus* por *haedus* (“cabrito”) (Faria, 1957, p. 74), mas o processo generalizou-se de tal maneira nos últimos séculos do Império, que nenhuma língua românica efetivamente preservou o mencionado ditongo: *quaerere* > *querer* (português), *querer* (castelhano), *querre* (provençal), *querre* (francês antigo), *kerrere* (sardo), *chiedere* (italiano), *cere* (romeno), *etc.* (Maurer Jr., 1959, p. 24).

Prossegue Quintiliano comentando os hábitos ortográficos dos seus antepassados intelectuais:

**20** Quid quod Ciceronis temporibus paulumque infra, fere quotiens s littera media uocalium longarum uel subiecta longis esset, **geminabatur**, ut "caussae" "cassus" "diuissiones"? (Quintiliano, I, VII, 20, *in* Pereira, 2006, p. 167, grifos nossos).

**20** Além disso, à época de Cícero e mesmo um pouco depois, quantas vezes a letra *s*, posta no meio das vogais longas, ou depois delas, não **se escrevia dobrada**, como em *caussae*, *cassus*, *diuissiones*! (*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

O mestre em Retórica mais uma vez se reporta aos meios ortográficos para a indicação de vogais longas. Noutras partes da *Institutio Oratoria*, ele comenta o uso do ápice entre os seus contemporâneos (I, VII, 2) e a duplicação da vogal longa entre os mais antigos para esse mesmo fim (I, IV, 10). A duplicação do *S* indica que a vogal, ou melhor, a sílaba antecedente é longa: *caussae* (*causae*), *cassus* (*cāsus*) e *diuissiones* (*diuīssiones*). Tal procedimento nada tem a ver com as consoantes geminadas, cuja prolação era de fato mais longa que a das suas

correspondentes simples, tornando distintos vocábulos como *ager* (“campo”) e *agger* (“material”). Além disso, diferentemente do referido *S* dobrado, as geminadas poderiam ter antes de si vogais longas ou breves. Provam-no os seguintes verbos latinos e os metaplasmos neles incidentes: *secāre* > *segar*; *siccāre* > *secar*. No verbo *secare*, a consoante simples intervocálica sofreu a regular sonorização de [k] em [g], enquanto, no verbo *siccare*, as correspondentes geminadas evoluíram para um simples [k], mantendo o traço de surdez num ambiente fonético semelhante e comprovando que elas no passado não se confundiam foneticamente com uma velar oclusiva simples.

Mais adiante, traz o autor outras diferenças de pronúncia entre os mais antigos e os seus contemporâneos:

25 Quid dicam "uortices" et "uorsus" ceteraque ad eundem modum, quae primus Scipio Africanus in e litteram secundam uertisse dicitur? (Quintiliano, I, VII, 25, in Pereira, 2006, p. 169).

25 Que direi de *uortices*, *uorsus* e de palavras semelhantes, que se diz terem sido primeiro alteradas por Cipião Africano de modo que a segunda letra fosse *e*? (*ibidem*, tradução do autor).

A epigrafia latina confirma que, depois da semivogal [w], era comum haver [o], em vez de [e]: *oinuorsei* (> *uniuersi*), *aduortit* (> *aduertit*). Quintiliano atribui a mudança ao célebre general e político Públio Cornélio Cipião (236-183 a.C.), mais conhecido pelo seu epíteto, o Africano, por ter obtido uma decisiva vitória militar contra Aníbal (247-183 a.C.) no norte da África, durante a Segunda Guerra Púnica. Sabendo-se que a mais antiga ocorrência conhecida de [e] nesse ambiente fonético consta numa inscrição de 123 ou 122 a.C., na qual se verifica a grafia *auersum*, em vez de *auorsum*, é bastante plausível que o fenômeno em tela date da primeira metade do século II a.C. (Faria, 1957, p. 179).

Por fim, um último exemplo interessante de Quintiliano sobre a discrepância entre a grafia e a pronúncia:

(...) et "columnam" et "consules" exempta n littera legimus (...). (Quintiliano, I, VII, 29, in Pereira, p.171).

(...) Tanto *columna* [‘coluna’] quanto *consules* [‘cônsules’] se leem sem a letra *n* na mesma situação (...). (*ibidem*, tradução e observações do autor).

Se as palavras *columna* (“coluna”) e *consules* (“cônsules”) se liam sem a letra *N*, é possível supor que a pronúncia delas à época seria algo como “*columma*”, em que a consoante dental [n] aparece assimilada regressivamente à bilabial nasal [m], e “*côsules*”, em que a dental nasal [n] teria nasalizado e alongado a vogal anterior. O encontro consonantal *mn* teve diferentes sortes nas línguas românicas, com a predominância da assimilação progressiva (*mn* > *nn*), sobre a assimilação regressiva (*mn* > *mm*) e sobre a manutenção das duas consoantes (*mn* > *mn*): *somnum* (latim) > *sono* (português), *sueño* (castelhano), *son* (catalão), *son* ou *som* (provençal), *somme* (francês antigo), *son* (engadino)<sup>18</sup>, *sonnu* (sardo), *samno* (dalmático)<sup>19</sup> e *somn* (romeno). Em castelhano, as geminadas *nn* se palatalizaram depois em [ɲ] e, em engadino e provençal, tornaram-se simples (*nn* > *n*). Por outro lado, a debilidade da dental nasal [n] no grupo *ns* já vinha atestada pela própria epigrafia latina, que fornece *sposa* (< *sponsa*) e *isula* (< *insula*) como exemplos indubitáveis (Maurer Jr., 1959, p. 60-61).

Por derradeiro, Quintiliano (I, VII, 30) encerra as suas observações sobre ortografia e ortoépia defendendo uma relação biunívoca entre as letras e os sons linguísticos. Contudo, tal relação não é absoluta. Embora os gramáticos saibam que a língua muda através dos tempos, a ortografia nem sempre segue *pari passu* quaisquer alterações na pronúncia, pois certos hábitos de escrita já se encontram por demais enraizados entre os eruditos, que não raro se mostram refratários a reformas ortográficas. Nessas situações em que o uso já consagrou certas grafias, prevalece o critério etimológico. Aliás, isso explicaria por que Quintiliano e seus contemporâneos grafavam certos vocábulos de um jeito, mas os pronunciavam de outro.

## Conclusões

Cotejando-se os trechos selecionados da *Institutio Oratoria* com outras fontes para o conhecimento do latim falado, sobretudo com os testemunhos de outros gramáticos latinos, com as inscrições antigas e com os dados comparativos, foi possível inferir de maneira relativamente segura algumas das feições fonéticas da língua de Roma e o modo como os seus falantes nativos de fato a pronunciavam no século I d.C.

<sup>18</sup> O engadino é um dialeto românico minoritário falado em partes da Suíça.

<sup>19</sup> O dalmático é um dialeto românico morto que se falava na região da Dalmácia, localizada na costa balcânica do Mar Adriático.

As principais características do latim falado apontadas por Quintiliano ou deduzidas com base nos seus relatos são as seguintes: 1) em *seruus* e *uulgus*, o primeiro *u* tem valor semivocálico [w], motivo pelo qual o imperador Cláudio propusera uma letra específica para designá-lo; 2) o *H* representava de fato uma consoante aspirada [h], ainda que essa aspiração fosse mais restrita às camadas cultas, no período clássico; 3) o *X* representava sempre um encontro consonantal [ks]; 4) a semivogal [j] se prolongava quando vinha entre vogais, segundo sugere a grafia *Maiia*, com a letra *I* duplicada; 5) a antiga sibilante surda [s] intervocálica se sonorizou em [z] e depois sofreu rotacismo, como em *Valesii* > *Valerii*. O rotacismo generalizado fez a sibilante sonora [z] desaparecer por completo, de modo que o *S* latino representasse sempre a homorgânica surda [s]; 6) os verbos arcaicos *mertare* e *pultare* evoluíram para *mersare* (“mergulhar”) e *pulsare* (“bater”) por meio da assibilação da dental oclusiva [t], porém as causas desse fenômeno não são de todo claras; 7) da fase arcaica para a clássica, a consoante [f] inicial se tornou aspirada [h], como em *fordeum* > *hordeum* (“cevada”); 8) a vibrante [r] já estava suscetível a metáteses: *Tarsumennus* > *Trasumennus* (“habitante de Tarso”); 9) as consoantes homorgânicas [k] e [g] se mantiveram firmes do indo-europeu ao latim, segundo atestam evidências comparativas; 10) conquanto o relato do autor sobre o acento latino não seja de todo conclusivo, outras fontes comprovam a coexistência dos acentos musical e intensivo no período clássico; 11) a manutenção de grafias mais antigas, com pendor etimológico, escondia a homofonia entre os seguintes pares de vocábulos: *expecto* e *exspecto*, *ad* e *at*, *quom* e *cum*; 12) a consoante sonora [b], presente no prefixo *ob*, de fato se ensurdecia quando seguida de consoante surda: *ob* + *tinuit* > *optinuit*; 13) o *C* latino representava uma consoante velar oclusiva [k] diante de qualquer vogal, conforme demonstra não só o relato de Quintiliano, como também as evidências comparativas, a epigrafia, as transliterações para o grego e os empréstimos linguísticos; 14) a antiga dental oclusiva [d] existente no fim de muitas palavras sofreu apócope quando a ela antecediam vogais longas (e.g. *altod* > *altō*), mas se manteve quando a ela antecediam vogais breves (e.g. *\*kwod* > *quōd*); 15) o ditongo latino *ae* soava [aj], como bem provam a sua variante gráfica *ai* e a sua transliteração para o grego: αἰ; 16) a vogal [o] antecedida de semivogal [w] evoluiu para [e] no século II a.C.: *uortices* > *uertices*; 17) o *S* duplicado em *caussae*, *cassus* e *diuissiones* não indicava consoantes geminadas, mas o caráter longo da sílaba antecedente: *causae*, *cāsus* e *diuīssiones*; 18) a consoante nasal [n] não mais se pronunciava nas palavras *columna* e *consules*.

Remanesceram dois casos duvidosos para os quais não se pôde dar uma resposta peremptória. Um concerne à pronúncia do *i* postônico em *optimus*, que, de acordo com Quintiliano, não soava propriamente como um *i*, mas como uma vogal intermediária entre *i* e *u*. A descrição não é muito elucidativa, mas dá indícios de que a vogal aí pronunciada fosse uma central alta [i] ou [ɨ], cujo ponto de articulação se situa entre a anterior [i] e a posterior [u]. O outro concerne à pronúncia da vogal final no advérbio *here*, cuja variante gráfica é *heri* (“ontem”). Aqui se limita o autor a dizer que a vogal final não soava nem como *e*, nem como *i*, sem dar, nesse caso, quaisquer pistas adicionais a respeito do som vocálico aí proferido na linguagem corrente. Perante esses empecilhos, só resta por ora fazer especulações.

### Referências

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica: história externa das línguas românicas*, vol. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

BYBEE, Joan. *Mudança linguística*. Tradução, apresentação e notas de Marcos Bagno. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

DEZOTTI, Lucas Consolin. *Arte menor e Arte Maior de Donato: tradução, anotação e estudo introdutório*. Dissertação de mestrado pelo programa de pós-graduação em Letras Clássicas pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV) da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, 2011.

ELIA, Sílvio. *Preparação à linguística românica*. Rio de Janeiro: Edições Ao Livro Técnico, 2004, 284 p.

FARIA, Ernesto. *Fonética histórica do latim*. 2ª edição, revista e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

FISCHER, Steven Roger. *História da escrita*. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Editora UNESP, 2009, 295 p.

MAURER Jr., Theodoro Henrique. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

PEREIRA, Marcos Aurélio. *Quintiliano gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio Oratoria*. Tradução de Marcos Aurélio Pereira. 2ª edição. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006, 192 p.

PIDAL, Menéndez. *Manual de gramática histórica espanhola*. Madrid: Espasa-Calpe, 1985.

PRIEDE, Javier Cuétara. *Manual de gramática histórica*. 3ª edición. México, Distrito Federal: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Caminhos da linguística histórica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SILVA, Thaís Cristófar. *Dicionário de fonética e fonologia*. 1ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

SILVA NETO, Serafim da. *Fontes do latim vulgar*. 3ª edição, revista e melhorada. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1956.

TAGLIAVINI, Carlo. *Orígenes de las lenguas neolatinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

VIARO, Mário Eduardo. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

WRIGHT, Roger. *Late latin and early romance in Spain and Caroligian France*. Trowbridge: Redwood Burn Ltd., 1982.

**Recebido em:** 20 de fevereiro de 2025.

**Aceito em:** 18 de abril de 2025.